

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.829.449 - SP (2019/0225283-7)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : SUELI DOS SANTOS CATARINO ESTANDES - ME
ADVOGADO : HENRIQUE SERAFIM GOMES - SP281675
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : SANDRA REGINA PASCHOAL BRAGA E OUTRO(S) - SP168871

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Sueli dos Santos Catarino Estandes - ME, com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO Ação comum, na qual o agravante busca a anulação de infrações de trânsito supostamente lavradas sem a devida notificação da autuada Decisão interlocutória que indeferiu o pedido de tutela antecipada de urgência para permitir o licenciamento dos veículos Irresignação Preliminar: legitimidade passiva da Prefeitura do Município de São Paulo, uma vez que a suspensão das infrações de trânsito pelas quais foi autuado seria de atribuição da municipalidade Ao DETRAN-SP cabe apenas receber as informações a ele repassadas pelos responsáveis pelas autuações de trânsito e proceder às respectivas anotações cabíveis nos prontuários dos condutores e dos veículos envolvidos Afastada Mérito: ausência de probabilidade do direito (*fumus boni iuris*), uma vez que o licenciamento somente pode ser efetivado na ausência do pagamento de multas de trânsito (art. 131, § 2º, CTB) A anulação das infrações requerida na inicial, sob o fundamento de inocorrência de dupla notificação, não encontra amparo nas provas apres entadas na ação originária Não havendo evidências do interesse apontado, deve-se aguardar a regular instrução processual Manutenção da decisão agravada Desprovemento do recurso interposto. (e-STJ, fl. 339)

No recurso especial, alega a insurgente, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência ao art. 281, parágrafo único, II, do Código de Trânsito Brasileiro ao fundamento de que é obrigatória a dupla notificação para imposição da multa prevista no art. 257, § 8º, do CTB.

Requer o provimento do apelo para:

reformando-se a objurgada decisão para o fim de conceder a suspensão das multas aplicadas em decorrência do art. 257, § 80 do Código de Trânsito Brasileiro, objetivando o licenciamento do veículo, vez que presente os requisitos de concessão, "*fumus boni iuris*" e do "*periculum in mora*" (e-STJ, fls. 360).

Superior Tribunal de Justiça

As contrarrazões não foram apresentadas.

É o relatório.

Verifico que o recurso especial foi interposto em oposição a acórdão que apreciou agravo de instrumento manejado contra decisão interlocutória proferida nos autos da ação ordinária n. 1053264-23.2018.8.26.0053.

Em consulta ao *site* do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, observo que, nos autos da mencionada ação, foi proferida sentença pelo Juízo de primeiro grau.

Como é cediço, a superveniência da sentença proferida no feito principal enseja a perda de objeto de recursos anteriores, interpostos contra decisão que tratou de questão preliminar ou de antecipação de tutela, combatida por meio de agravo de instrumento.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DUPLICIDADE DE RECURSOS. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE DAS DECISÕES. SENTENÇA DE MÉRITO SUPERVENIENTE NO PROCESSO PRINCIPAL. PERDA DE OBJETO DO RECURSO ESPECIAL. PRECEDENTES. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A interposição de dois recursos pela mesma parte e contra a mesma decisão impede o conhecimento do segundo recurso, haja vista a preclusão consumativa e o princípio da unirrecorribilidade das decisões.

2. Nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte Superior, verifica-se a perda de objeto do recurso especial em razão da prolação de sentença de mérito no processo do qual se originou o agravo de instrumento interposto na Corte de origem, pois o provimento do apelo nobre não poderia dar ensejo à reforma do título judicial que exerceu cognição exauriente da demanda. Precedentes.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 603.599/SP, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 22/6/2015)

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO POR PERDA DE OBJETO. APELO EXTREMO INTERPOSTO CONTRA AGRAVO QUE DECIDE QUESTÃO PRELIMINAR. INTERESSE DE AGIR EM AÇÃO DE USUCAPIÃO. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO DE PROCEDÊNCIA.

1. Fica prejudicado, por perda de objeto, o exame de recurso especial interposto contra acórdão proferido em sede de agravo de instrumento que decide questão preliminar ou de antecipação de tutela, na hipótese de já ter sido prolatada sentença.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 51.857/SP, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJe 26/5/2015)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA O PARCIAL DEFERIMENTO, PELO JUÍZO DE 1º GRAU, DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE MÉRITO, NA AÇÃO. PERDA DE OBJETO DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO.

I. Agravo interno interposto contra decisão publicada em 20/04/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto por Mais Invest Empreendimentos e Incorporações S/A, contra decisão que, em 1º Grau, deferira parcialmente a antecipação dos efeitos da tutela. O Tribunal de origem deu provimento ao Agravo de Instrumento, para reformar a decisão então agravada, a fim de indeferir o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, o que originou a interposição do presente Recurso Especial.

III. Na forma da jurisprudência desta Corte, "fica prejudicado, por perda de objeto, o exame de Recurso Especial interposto contra acórdão proferido em Agravo de Instrumento de decisão liminar ou de antecipação de tutela, na hipótese de já ter sido prolatada sentença de mérito" (STJ, AgRg no AREsp 307.087/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/06/2014). Em igual sentido: STJ, REsp 1.591.827/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 08/09/2016; AgRg no AREsp 663.910/RO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/03/2016; AgRg no REsp 1.413.651/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2015; REsp 1.351.883/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/05/2015; AgRg no AREsp 51.857/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 26/05/2015.

IV. No caso dos autos, verifica-se que o Juízo de 1º Grau, nos autos da Ação Civil Pública na qual a medida de antecipação dos efeitos da tutela restara parcialmente deferida, proferiu sentença de mérito, julgando improcedente a pretensão veiculada na aludida ação. Nesse contexto, resta prejudicada a análise do presente Agravo interno, ante a perda de objeto do Recurso Especial.

V. Agravo interno prejudicado.

(AgInt no AREsp 879.434/MG, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 19/12/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MILITAR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO. PORTARIA QUE CONCEDE ANISTIA POLÍTICA. LEI 10.559/2002. LIMINAR DEFERIDA PARA SUSPENDER OS EFEITOS DA PORTARIA. PROLAÇÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

SENTENÇA DE MÉRITO NA ORIGEM. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

1. A superveniência da sentença proferida no feito principal enseja a perda de objeto de recursos anteriores que versem sobre questões resolvidas por decisão interlocutória combatida via agravo de instrumento. Precedentes.

2. Agravo regimental prejudicado.

(AgRg no REsp 1.413.651/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 18/12/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e III, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator